CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 148/94
INTERESSADO : UDEMO - Sindicato de Especialistas de
Educação do Magistério Oficial do
Estado de São Paulo
ASSUNTO : Solicita pronunciamento sobre situação de
alunos da rede pública estadual,
concluintes do ensino de 1º e 2º graus,
em 1993, Com déficit de carga horária
RELATOR : Cons. Agnelo José de Castro Moura
PARECER CEE Nº 185/94 - CLN - APROVADO EM 20-04-94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A UDEMO solicita manifestação do CEE sobre a situação dos concluintes dos cursos de 1º e 2º graus regular e supletivo, quando houver déficit de carga horária.

Informa que a consulta se faz necessária pois o Parecer CEE nº 856/93 e Res. nº 248/93 reportam-se apenas a avaliações, não apresentando solução para o déficit de carga horária, que ocorrerá em muitos casos.

Manifesta estranheza quanto a essa omissão pois no terceiro parágrafo do Parecer 856/93 fica claro que à decisão de estender o ano letivo até meados de fevereiro, pode transformar se num impedimento à conclusão de cursos e, portanto, numa impossibilidade de matrículas nos cursos pretendidos.

Informa, no entanto, que no parágrafo 7º do referido Parecer há o entendimento de que a consulta formulada pela SE, sobre a Deliberação CEE nº 19/89, não se aplica ao caso, pois as situações não são similares.

PROCESSO CEE N° 148/94

PARECER CEE N° 185/94

Analisando o teor da Deliberação CEE n° 19/89 e anexo - Indicação CEE N° 11/89, constata-se que as situações não só são similares, como a atual é ainda mais grave para os alunos, pois naquela ocasião concluiu-se que a solução de repor aulas no período de 15 de janeiro a 16 de fevereiro de 1990 não poderia ser aplicada aos concluintes de 2° grau e apresentou-se uma solução emergencial para assegurar-lhes o término imediato do curso, possibilitando-lhes continuidade de estudos e/ou ingresso no mercado de trabalho.

Estando previsto o término do ano letivo de 1993, em muitos casos até o final de fevereiro de 1994, entende que a única maneira de adotar as medidas contidas no Parecer CEE N° 856/93 é aplicar-se, também, a Deliberação CEE 19/89, pois a conclusão de cursos implica em avaliação e carga horária, não sendo possível dissociar-se ambas.

Solicita a possibilidade de que a Deliberação CEE N° 19/89 seja válida, também, para os concluintes de 1993.

1.2 APRECIÇÃO

Embora os argumentos esposados pela Consulente levem num primeiro momento à indução de que a Deliberação CEE N° 19/89 e anexo, Indicação CEE 11/89, se apliquem ao evento ocorrido no ano de 1993, compulsando os autos do Processo 1.588/89, verificamos que a regularização da situação escolar naquela oportunidade veio carregada de

PROCESSO CEE Nº 148/94

PARECER CEE Nº 185/94

elementos informativos suficientes para que esta casa editasse a Deliberação CEE Nº 19/89 e Indicação CEE Nº 11/89 tendente a contornar situações de fato devidamente caracterizadas e comprovadas.

Ainda assim, os referidos atos estabeleciam parâmetros a serem observados, resguardavam direitos, bem como restrição expressa aos discentes de cursos profissionalizantes.

Restou claro que, somado o movimento grevista de 1989, os estabelecimentos de ensino contavam com total falta de docentes em determinados componentes curriculares devidamente comprovados.

Por outro lado, os atos expedidos em 1993 pela Secretaria da Educação, antes do término do ano letivo, objetivaram resguardar a população de discentes da rede pública estadual, de eventuais prejuízos decorrentes da prolongada paralisação.

As Coordenadorias de Ensino, até a presente data, não se manifestaram quanto às preocupações aduzidas pela UDEMO, nem tampouco a Entidade de Classe dos Professores.

Obviamente, se casos como os apontados pela UDEMO vierem a acontecer, entendo que este Conselho tem o dever de analisá-los caso a caso, visando resguardar direitos e eventuais prejuízos aos alunos que são os grandes prejudicados.

PROCESSO CEE Nº 148/94

PARECER CEE Nº 185/94

Entendo que esta Casa não deve, sob pena de descumprimento da Lei Nº 5.692/71 e de infringência à Lei Nº 10.403/71, fixar procedimentos ao nível da rede estadual de ensino sem o efetivo embasamento fático, sob pena de ocasionar tumulto generalizado na rede estadual de ensino.

É de se louvar a preocupação da Consulente quanto a possíveis prejuízos decorrentes do movimento ocorrido no ano de 1993. No entanto, o mero receio de eventuais prejuízos aos alunos, sem qualquer documentação fática, que fundamente seu pedido, tal como ocorrido em 1989, não pode levar este Relator a manifestar-se favoravelmente à pretensão da Consulente.

As soluções encontradas no ano de 1989 e 1993, expedidas em caráter excepcional, não refletem as reais necessidades do corpo docente e discente, já que a opção, sempre encontrada, é o cumprimento do mínimo exigido por lei.

Entendo que as constantes tentativas de sedimentação de resolver questões decorrentes de aspectos outros que não o educacional e sempre em caráter excepcional, devem restringir-se cada vez mais nesta casa, objetivando, em definitivo, a solução de uma política educacional saudável e que efetivamente atenda aos reais interesses dos alunos e do País, bem como de uma análise profunda de todo o sistema educacional no Estado de São Paulo, principalmente no que toca à questão dos educadores.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 148/94

PARECER CEE Nº 185/94

2. CONCLUSÃO

Responda-se à interessada nos termos deste Parecer.

São Paulo, 08 de fevereiro de 1994.

a) *Cons. Agnelo José de Castro Moura*
Relator

3. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota, como seu Parecer, o Voto do Conselheiro Relator.

O Conselheiro João Cardoso Palma Filho se absteve de votar.

Presentes os Conselheiros: Agnelo José de Castro Moura, Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, João Cardoso Palma Filho e João Gualberto de Carvalho Meneses.

Sala da Comissão, em 23 de março de 1994.

a) *Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses*
Presidente da CLN

PROCESSO CEE Nº 148/94

PARECER CEE Nº 185/94

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro João Cardoso Palma Filho declarou-se impedido de votar por motivo de foro íntimo.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de abril de 1994.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente